

## **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

### **REQUERIMENTO Nº /08**

Autores: Deputado IVAN VALENTE e Deputado VINICIUS CARVALHO

Solicita seja convocado o Sr. Ministro das Comunicações, a fim de prestar esclarecimentos sobre os serviços prestados pelas Operadoras de Canais Fechados – TV por assinatura, em face dos direitos dos consumidores.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos artigos 219, §1º, e 32, V, alíneas “a” e “b” do vigente Regimento Interno desta Casa, requeiro a v. Exa. que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Ministro das Comunicações, Sr. Hélio Costa, para comparecer ao Plenário desta Comissão com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre os graves problemas na prestação de serviços pelas operadoras de Canais fechados, a TV por assinatura.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A proposta que submetemos à elevada avaliação dos nobres pares, tem a finalidade de viabilizar a vinda à esta Comissão de Defesa do Consumidor do senhor Ministro das Comunicações, a fim de que este preste esclarecimentos acerca dos serviços prestados pelas operadoras de TV por assinatura, tendo em vista que é cada vez mais comum a ocorrência de reclamações dos consumidores em relação aos serviços prestados por tais empresas.

O crescimento do setor, desordenado, ao que parece, tem provocado inúmeras reclamações dos consumidores, haja vista que os problemas vão desde a programação, seja pela inclusão ou excesso de propagandas comerciais, seja pela utilização de reprises de programação excessiva, até cobrança indevida de serviços.

O jornal Folha de São Paulo, noticiou no dia 27 de Maio do corrente ano que as novas regras das Tvs por assinatura não abrangem o fim da cobrança pelo ponto extra. Essas regras apenas impõem que os custos pela instalação e manutenção do ponto extra



72FF6EA333

deverão ser discriminados na fatura de prestação de serviços.

O entendimento da ANATEL é que as operadoras não poderão cobrar pela oferta da programação em ponto extra, porém, estará liberada a cobrança pela instalação e manutenção do ponto.

Segundo a reportagem, a empresa NET cobra cerca de R\$25 mensais pela manutenção do ponto, ocorre que após a instalação, o serviço de manutenção rara vezes acontece e mesmo assim é o valor é cobrado mensalmente.

O IDEC – Instituto de defesa do consumidor, vê a cobrança como ilegal, pois “não faz sentido que o consumidor pague todo mês uma mensalidade pela manutenção se nenhum técnico foi chamado para fazer qualquer tipo de reparo”, diz a advogada do Instituto.

Estas são, senhores membros da Comissão de Defesa do Consumidor, apenas algumas considerações que, entendemos, devem ser feitas e que, por si só, justificam a apresentação da presente proposta que, esperamos, seja aprovada pelos nobres pares.

Sala das Sessões,

Deputado IVAN VALENTE  
PSOL/SP

Deputado VINICIUS CARVALHO  
PTdoB/RJ



72FF6EA333